

O POVOADO SAMBAÍBA-GRAJAÚ/MA: NUANCES DA INTERFACE ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

THE PEOPLE SAMBAÍBA-GRAJAÚ/MA: NUANCES OF THE INTERFACE BETWEEN HISTORY AND MEMORY

Ariane Maria dos Santos da Silva Sousa 1
Josenildo de Jesus Pereira2

Resumo: Neste artigo se apresenta nuances da gênese da formação histórica, e da dinâmica social, econômica e cultural do Povoado Sambaíba localizado a 60 quilômetros da cidade de Grajaú - MA, na BR 006, no sentido da cidade de Arame, com o propósito de estimular o sentido de pertencimento e a identidade cultural de gerações atuais e futuras em relação ao Povoado de Sambaíba. Para tanto, tomou-se como base documental a memória de alguns de seus moradores mais antigos e referências bibliográficas relativas a tema histórias de povoados, seguindo a abordagem metodológica da História Oral considerando a historicidade mais ampliada do município de Grajaú-MA, a qual, em linhas gerais, é caracterizada por migrações, tensões e conflitos agrários envolvendo indígenas, não indígenas e o Estado. A escolha deste tema se deve ao fato da pesquisadora ser moradora e professora deste povoado e por compreender o quanto é importante este trabalho para que as gerações atuais e futuras desenvolvam, em seu cotidiano, o seu sentimento de pertença em relação a sua história no contexto da história deste Povoado. Assim, se quer contribuir para afirmar a relevância da história regional, em sala de aula, para que os alunos saibam e valorizem a sua identidade cultural.

Palavras-chave: Povoado Sambaíba. Formação Histórica e Identidade Cultural.

Abstract: This article presents nuances of the genesis of the historical formation, and the social, economic and cultural dynamics of the Sambaíba Settlement located 60 kilometers from the city of Grajaú - MA, in BR 006, in the direction of the city of Arame, with the purpose of stimulating the sense of belonging and cultural identity of current and future generations in relation to the Sambaíba Village. To do so, it was taken as a documentary basis the memory of some of its oldest residents and bibliographical references related to the theme of village histories, following the methodological approach to oral history considering the broader historicity of the municipality of Grajaú-MA, which, in general, is characterized by migrations, tensions and agrarian conflicts involving indigenous, non-indigenous and the State. The choice of this theme is due to the fact that the researcher is a resident and teacher of this village and to understand how important this work is for current and future generations to develop, their sense of belonging in relation to their history in the context of the history of this Settlement. Thus, if you want to contribute to affirm the relevance of regional history, in the classroom, so that students know and value their cultural identity.

Keywords: Sambaíba Village. Historical Formation and Cultural Identity.

1 - Professora Licenciada em História pela Universidade Federal do Maranhão-PARFOR, atuando na Educação Básica do Município de Grajaú-MA.

2 - Professor Associado III do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação História e Conexões Atlânticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5327-3879>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9341633651001873>. Email jj.pereira@ufma.br

Introdução

O sentido de pertencimento de um indivíduo ou de um coletivo passa pelo conhecimento de sua gênese no que se refere a formação histórica da comunidade onde nasceu e viveu por toda a vida ou não. O povoado de Sambaíba é um desses lugares cuja memória histórica pode articular a sua valorização por parte das novas gerações. Este artigo tem por referência fundamental a monografia intitulada - *O POVOADO SAMBAÍBA- GRAJAÚ/MA: nuances de sua formação sócia histórica*, apresentada por Ariane Maria dos Santos da Silva Sousa, uma das moradoras de Sambaíba, ao Programa de Formação de Professores para a Educação Básica do Plano de Ações Articuladas/ PROFEBPAR, município de Grajaú-MA, para obtenção do grau de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA, em 2019.

No Maranhão e em outros estados do nordeste brasileiro, é comum o êxodo de moradores e ou famílias inteiras de pequenas cidades, vilas e povoados para cidades consideradas maiores em busca de melhores condições de vida devido às oportunidades de trabalho e estudos para os seus filhos e filhas. Por isso, os que migram podem, a despeito de sua vontade, criar um vazio em relação a sua história e, em particular, para os seus descendentes.

Tendo-se estas problemáticas por horizonte se apresenta, aqui, a nossa compreensão quanto ao processo histórico do povoado Sambaíba identificando os seus protagonistas originários com as suas motivações e, do mesmo modo, fazendo a configuração de suas características culturais no que se refere às suas atividades econômicas e perfis societários.

A metodologia da investigação consistiu na pesquisa de campo desenvolvida com base na orientação da História Oral, por meio da coleta de seis relatos orais de moradores mais antigos do povoado tratando de temas como a formação do lugar, os efeitos da demarcação de terras indígenas, em 1978, pela Fundação Nacional do Índio/FUNAI; a vida econômica e de perfis societários.

Os colaboradores foram os senhores *Rosemar Alves Costa*, filho de um dos agricultores mais antigos do lugar e criador de animais de pequeno porte (70 anos); *Dioclides da Silva Sousa*, lavrador aposentado (82 anos); *D. Terezinha Ribeiro de Souza*, lavradora aposentada (75 anos), *D. Honorina de Carvalho de Souza*, lavradora aposentada (88 anos); *D. Odete Pereira da Silva Sousa*, agricultora aposentada (71 anos); *D. Maria da Paz Costa* (62 anos). Após o esclarecimento dos objetivos da investigação, eles comentaram de forma atenta e gentil a respeito das questões apresentadas. Os relatos orais foram colhidos nas dependências das casas dos depoentes e registradas por meio de uso de gravador.

No contexto do debate em torno da História Oral esclarecemos que a compreendemos e praticamos conforme as formulações de Lozano, para o qual ela consiste num,

Um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais. (LOZANO, Jorge Eduardo A. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de M. 2006, p. 16)

Para Le Goff (1994, p. 423) “a memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Nesse sentido, não é demais lembrar que o ano de 1978 tem uma centralidade na história do povoado Sambaíba porque lhe confere um antes e um depois com a perda de parte

de seu território após a demarcação de terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio/FUNAI. Em vista disso, nos inspiramos em Pollak (1992, p. 201) ao destacar que “[...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”.

Mas, a respeito do uso da memória na pesquisa histórica, Halwachs (1968, p.34) adverte que,

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desse para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

Este procedimento é importante porque o que é lembrado não se autoexplica considerando-se que a sua configuração é constituída sob determinadas condições históricas, as quais devem ser investigadas para que se compreenda o lembrado para além de si mesmo.

Por fim, se compreende que ao responder a estas questões está análise se reveste de importância por ser um estímulo para outras investigações tratando de outros temas-problemas ampliando, assim, as possibilidades de conhecimento da história do povoado de Sambaíba.

Povoado sambaíba nos interstícios da história e da memória

O ano de 1978 é basilar para a história do Povoado Sambaíba porque institui um antes e um depois, pois, neste ano, o Estado brasileiro, por meio da Fundação Nacional do Índio/FUNAI, demarcou partes de seu território para os povos indígenas fazendo com que muitas famílias se deslocassem para regiões distantes como a cidade de Arame, o estado do Pará, dentre outras, em busca de trabalho e moradia. Mas, após essa demarcação as famílias de *Horácio Carvalho de Sousa e Honorinda Carvalho de Sousa*, e *Manoel Dias de Sousa e Terezinha Ribeiro de Sousa* que nasceram e cresceram em Sambaíba continuaram no lugar porque tinham condições financeiras e puderam comprar terras. Assim, estes casais, se constituem nos núcleos das primeiras famílias do atual povoado de Sambaíba.

Conforme o geógrafo Trovão (2008, p. 24),

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida, uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e das dificuldades de mão-de-obra no próprio Nordeste usaram como porta de entrada três lugares, inicialmente via marítima, cuja entrada se faz pelo Porto de Tutóia e as outras duas pelo Vale do Parnaíba, tendo como entrada Floriano e Teresina. Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e sol úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas.

Nesse sentido, não é demais sublinhar que a formação do povoado Sambaíba e de outros na região Centro Sul do Maranhão, está articulada à imigração de sertanejos nordestinos

ocupando terras devolutas e de povos indígenas da região. Assim sendo, considerando a relação jurídica dos imigrantes com a terra, caracterizamos as suas condições de morar e trabalhar em duas modalidades: *Centro e Terras legais*.

O *Centro* se caracteriza como agrupamento de pessoas que viviam da agricultura de subsistência, cujos relacionamentos, entre si, estavam fundamentados na solidariedade. A ocupação e uso de terras não estavam amparados em lei, apenas na posse. Por isso, os seus moradores ficavam sujeitos a serem deslocados a qualquer momento, inclusive, por força de lei.

A *Terras Legais* se refere ao tempo no qual a moradia se define pela compra de terras. No caso de Sambaíba, sobretudo, após a demarcação de terras efetivado pela Funai, em 1978, favorecendo o domínio territorial e a recuperação do direito sobre o mesmo pelos indígenas da região. Este ato, embora tenha gerado prejuízos a maioria de seus moradores porque tiveram de se deslocar para outros lugares, assegurou para os que ficaram a legalização de suas terras ainda que com a extensão reduzida.

No início da formação do povoado Sambaíba, as pessoas que decidiram morar nessas terras viviam da criação de animais de pequeno porte como cabras e aves como galinhas para consumo próprio. Com o passar do tempo algumas famílias começaram a produzir gado para comercializar na cidade de Grajaú e de Arame. Eles também plantavam algodão para tecer e fazer roupas para o próprio consumo. A produção de cana-de-açúcar era para produzir rapadura cujo consumo era saudável para a população sambaiense.

Aos poucos foi sendo estabelecido uma rede de negócios com a cidade de Grajaú, para a qual vendiam sacas de arroz de 50 quilos, de farinha, de tapioca somando aproximadamente de 500 a 600 quilos destes produtos por ano. Eles comercializavam os frangos que excediam ao seu consumo, mas, a preços modestos nas feiras da cidade. O transporte era feito em carroças puxadas por bois e por cavalos do povoado até a cidade.

A respeito da vida no povoado antes da demarcação, o senhor Dioclides da Silva Souza destacou que,

Era uma grande região onde todas as pessoas moravam amigavelmente, tinha muita fartura e as pessoas produziam tudo o que precisavam, compravam apenas o sal em pedras em Grajaú, iam montadas em burros, cavalos e até mesmo a pé. Era um lugar onde tinha muitas famílias (50) e todas as famílias viviam da roça e produziam tudo para seu sustento. Comprava só o sal e roupas. E tinha muita fartura de banana, farinha, milho, arroz, frutas (manga, caju, laranja) e, era um povoado mais animado. Trabalhava com minha mãe na cozinha, fiava algodão, fazia rede, ajudava meu pai na roça. O plantio do algodão, café e cana que não existe mais e tinha muita fartura, e hoje ninguém planta mais nada, compra de tudo o que precisam (relato colhido em 03 / 10 / 2019).

Por isso, ele argumentou que a história contemporânea do povoado poderia ser diferente, pois,

Se não tivessem demarcado, com certeza tinha mais famílias e o povoado era mais desenvolvido em tudo, mas era por direito dos indígenas suas terras, a única opção era sair das terras. Era muito maior e porque muitas famílias viviam em terras que eram dos povos indígenas sem sequer saber. Então houve a demarcação das terras foram obrigados a sair mesmo sem querer, era por lei (Id. Ibid)

No entanto, para o sr. Rosemar Alves Costa, “naqueles tempos tudo era mais difícil, agora houve grande desenvolvimento, as pessoas não são tão sofridas em questão da educação, saúde, estrada, energia e água” (...) “sinto que tá todo mundo unido, houve muita evolução antes tinha que produzir tudo!” (Relato colhido em 05 / 11 / 2019). Ele compartilha da ideia de

que a situação atual do povoado podia ser outra porque o território “era pouco mais de 1000 hectares de terras (...) e os indígenas ficaram com mais da metade da terra que era produtiva”. Por isso, ele sublinha que não achou justa a demarcação, embora considerasse importante para “poder preservar as florestas se não estivessem essas terras já não existia mais humanos”. (relato colhido em 05 / 11 / 2019)

A este respeito, D. Terezinha Ribeiro de Sousa, também lamenta as mudanças geradas pela demarcação de terras indígenas porque prejudicou o progresso econômico do Povoado a partir do ano de 1978, pois, “se não estivesse sido demarcado pela Funai, o povoado era mais desenvolvido e tinha mais famílias, a gente se sente muito triste do povoado não ser diferente”. Afinal, “tinha 1 mil hectares, foi tirado 750 hectares para os indígenas, então muitas famílias ficaram desamparadas e foram para outras regiões, tirou o sossego de muita gente, mas era o direito dos indígenas, os brancos não tinham o direito de falar nada, só sair mesmo”. (relato colhido em 26/10/1978).

A Sr^a Odete Pereira não considerou justa a divisão de terras ocorridas porque não houve um planejamento político e indenização aos produtores que perderam praticamente tudo que tinham. (Relato colhido em 13 / 11 / 2019).

Como se pode notar, a demarcação de terras indígenas, em 1978, representa no imaginário local um prejuízo na dinâmica social e econômica do povoado, tal como expressa dona Terezinha Ribeiro de Sousa sublinhando “não achei justa, porque muitas pessoas foram desamparadas e foram obrigadas a procurar outras regiões como Pará e Arame” (relato colhido em 26/10/1978).

A respeito dos direitos indígenas, o senhor Dioclides da Silva Sousa até compreende que eles eram legítimos, mas, não considerou “justo a FUNAI deixar várias famílias desamparadas, sendo o jeito a irem embora sem melhorias”, tal como ele que foi expulso duas vezes por agentes da Funai (relato colhido em 26 / 10 / 2019). O entendimento é que antes da demarcação, os moradores de Sambaíba eram mais prósperos em termos de plantação e de criação de animais de corte. Mas, depois as terras focaram reduzidas para serem cultivadas, sendo o principal benefício motivador para seguirem em frente foram as benfeitorias a escola, o poço artesiano e a estrada que liga o povoado às cidades – Grajaú e Arame.

D. Maria da Paz numa perspectiva contrária, sublinha antes da demarcação “era tudo mais difícil” porque, ela “lavava roupa a 5 quilômetros de distância, e vivia da roça”. Ela salienta que agora está tudo muito mudado, pois, acabou as longas distâncias até o rio para lavar roupas correndo os riscos e sofrendo com o cansaço físico. Pois já existe água encanada. Mas, ela deseja que Sambaíba “possa desenvolver as casas cada vez mais” e que “os políticos pensassem mais nesse povoado”. (Relato colhido em 05 / 11 / 2019).

Em relação aos direitos dos índios salientou que achou “justa por que só assim eles não invadiam mais as terras do homem branco e, também, é por direito deles”. Além do mais, a partir de então, ela destacou que os moradores que ficaram podiam “viver sem medo e sofrer invasão a qualquer hora”, pois, os sambaibenses que ficaram passaram a ter a posse de suas casas e de pequenas glebas de terras onde produzem para o próprio sustento. (Relato colhido em 05 / 11 / 2019).

A despeito das tensões geradas pela demarcação de terras indígenas, em 1978, pela FUNAI, vale salientar as relações sociais e materiais entre o povo sambaibense e os indígenas vem sendo transformadas por um processo aculturação indígena por meio da educação formal na escola e pela frequência de indígenas na igreja católica do povoado.

1978: um divisor de águas

Não é demais salientar que, no Brasil, a questão indígena está fundamentada, historicamente, na luta pelo direito dos diversos povos indígenas usufruírem de seus territórios desde os tempos coloniais. Antes da intervenção do Estado, o acesso às terras fazia-se, em geral, por meio da força, a qual implicou em mortes de muitas populações indígena em decorrência da expansão da ação colonial a partir do litoral para o interior do território brasileiro. A partir

da Lei de Terras, de 1850, esta situação, formalmente, foi alterada para pior quando a posse de terras para os colonos deixava de ter valor meramente de status para se tornar produtiva comercialmente a partir da legalidade de seu uso. A este respeito Coelho (1990, p. 118) destaca que,

A Lei de Terras surge justamente da necessidade de disciplinar a questão fundiária delimitando as terras devolutas para a venda e para a questão de projetos desenvolvimentistas. O texto da lei reafirma a distribuição latifundiária da terra e deserdou de vez os índios de qualquer herança imemorial, assim como lhes negou a condição de posseiros ou até de sesmeiros, através de artifícios sutis que não permitiram a confirmação das posses ou sesmarias indígenas.

Assim, os conflitos entre povos indígenas e não indígenas era algo previsível. Com o propósito de vir a evitá-los, o Estado imperial interveio, inclusive, com o apoio da Igreja Católica. Em relação a este tema, Coelho (1990, p. 120) nos lembra que foi instituída uma Colônia Indígena às margens do Mearim: a *Leopoldina*, no espaço onde, posteriormente, surgiu a cidade de Bacabal. A área eleita para o início dos trabalhos situa-se entre os rios Mearim e Grajaú, onde se localizam vários grupos indígenas. Por isso, “era necessário estabelecer de antemão, locais para reunir essas povoações e colocá-las sob o controle de diretores, para que não significassem um empecilho aos projetos desenvolvimentistas que começavam a se implantar” (Id. Ibid, p. 118-119).

Do mesmo modo, Faria (2012, p. 211) nos lembra ainda que foram criadas 25 diretorias parciais de indígenas no Maranhão, até o final do império. Destas, três estavam localizadas às margens do rio Mearim.

Nesse contexto de vulnerabilidade das populações indígenas por conta dos efeitos da Lei de Terras, de 1850, foi criado em 20 de junho de 1910, o *Serviço de Proteção ao Índio/SPI* tendo por objetivo prestar assistência a todos os indígenas do território nacional. (OLIVEIRA, 1947). Esta instituição foi, em 1967, substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com a responsabilidade de defender os direitos indígenas, dentre os quais, o território por meio de demarcações de terras.

A demarcação de uma Terra Indígena tem por objetivo garantir o direito indígena à terra. Ela deve estabelecer a real extensão da posse indígena, assegurando a proteção dos limites demarcados e impedindo a ocupação por terceiros. Desde a aprovação do Estatuto do Índio, em 1973, esse reconhecimento formal passou a obedecer a um procedimento administrativo, previsto no artigo 19 daquela lei. Tal procedimento, que estipula as etapas do longo processo de demarcação, é regulado por decreto do Executivo e, no decorrer dos anos, sofreu seguidas modificações. A última modificação importante ocorreu com o decreto 1.775, de janeiro de 1996. (Site:<https://pib.socioambiental.org/pt/Demarca%C3%A7%C3%B5es>)

Por isso, em 1978, o estado, por meio da FUNAI, realizou a demarcação de terras indígenas nas mediações do Povoado Sambaíba, do município de Grajaú, reduzindo a sua área produtiva de mais de quinhentos hectares para menos de duzentos desagregando a vida social e econômica de seus moradores - os pequenos produtores rurais sambaibenses - levando, parte deles, a migrarem para outros lugares.

O que os moradores atuais do Povoado Sambaíba sabem é que no ano de 1978 os produtores rurais já estavam bastante avançados em suas fazendas ocupando uma gleba de terra de aproximadamente 1.000 hectares; mas, com a ação da FUNAI, de devolver $\frac{3}{4}$ (750 hectares) do território para os indígenas Guajajaras, a vida deles ficou bastante prejudicada, a

exceção daqueles que puderam comprar terras e continuar morando no lugar. O maior motivo de revolta dos sambaibenses foi que não houve nenhuma ação reparatória da parte do poder público, como, por exemplo, uma compensação para continuarem sendo produtores rurais em outras áreas com terras férteis.

Por outro lado, esse evento serviu para definir as terras para os sambaibenses que insistiram em ficar morando na mesma localidade porque foram legalizadas com escrituras lavradas em cartório assegurando, assim, o direito aos lotes com residências e pequenas glebas de terras, hoje produtivas, às pessoas que vivem de tudo que plantam como arroz, milho e frutas; da criação de animais como cavalos, bois, cabras e suínos.

Mas, e depois, como ficou a dinâmica da vida social e econômica destes Povoado a partir de 1978? As opiniões se dividem entre o otimismo e o pessimismo.

Segundo o Sr. Dioclides,

Houve grandes evoluções no povoado apesar de muitas pessoas terem ido embora, as famílias que ficaram firme e forte, vivendo do seu trabalho de roça, pequenas criações de gado foram fortes apesar de terem ficado apenas 3 famílias residente. Hoje é um povoado até evoluído, tem uma ótima escola que recebe muitos alunos das comunidades vizinhas, tem poço artesiano etc. (Relato colhido em 03 / 10 / 2019).

O referido depoente, com a sua perspectiva otimista ainda salienta que,

Há grandes mudanças atualmente, as famílias não vivem só de roças, a maioria tem como sobreviver. Alguns sambaibenses trabalham na escola, tem um posto de saúde próximo, açougue, minilanches, pequenos comércios vivem todos em suas propriedades, todas as famílias residentes têm pequenas criações de gado, então, percebe-se o quanto evoluiu (Id. Ibid).

A este respeito, a dona *Terezinha Ribeiro de Sousa* destaca que a população da Sambaíba “foi se estruturando aos poucos e hoje estão bem evoluídas apesar de ter ficado apenas duas famílias resistentes desde aqueles tempos” e, assim, “cada família com suas terras próprias vivendo de maneira básica, se mantendo com o que tem, grande reeducação se comparado com o que era antes” (Relato colhido em 26 / 10 / 2019). Ainda assim, não é demais sublinhar que a entrevistada ao responder à pergunta se sentiu um pouco triste; mas, também que a sua resposta denota força de vontade para seguir a vida com a cabeça erguida.

Do ponto de vista de dona *Honorina de Carvalho de Sousa* o desenvolvimento do povoado ocorre “devagar, o povoado foi desenvolvendo aos poucos e com pequenos resultados positivos, mas, comparado ao que era antes, o povoado mudou muito para melhor, claro, agora todas as famílias vivem de suas terras de certeza” (...) “todas as famílias, com sua terrinha, criam sua vaquinha pra tirar leite, porco, galinha, têm como se manter, sem viver trabalhando no pesado como antes”. Ao fazer um balanço da história do povoado do antes e do depois da demarcação de terras da FUNAI, lembra que,

Antes eram grandes propriedades, cada família trabalhava em uma parte de terra descontroladamente, criava suas criações (porco, gado, galinhas) soltos, não tinha essa de terras divididas. Hoje evoluiu muito cada família tem suas terras e vivem razoavelmente bem, tem uma ótima escola, água encanada, energia e internet. (Relato colhido em 04/10/2019)

Como se pode notar, se por um lado houve perda com a demarcação de terras, por outro a modernidade já chegou no povoado e que isso é algo bom porque os sambaibenses já estão mais seguros de poder morar onde moram

Sambaíba: hoje e as perspectivas de futuro

O modo de vida no Povoado Sambaíba ainda hoje tem marcas de seus fundadores e as pessoas levam uma vida bastante pacata mediada pela solidariedade e confraternização por devido a sua formação religiosa católica. Essa configuração ainda persiste atualmente sendo a “marca registrada” deste povo. Todas as famílias se conhecem, pois, as pessoas se unem na única Igreja Católica existente na parte central do povoado; nas reuniões da escola e na praça improvisada entre as residências para discutirem os assuntos de interesses de todos.

É um estilo de vida de trabalhadores rurais, sem vaidades e acostumados com a dura lida no campo baseada na economia de subsistência, a qual fez com que os retirantes maranhenses e de outros Estados Nordesteiros brasileiros se unissem sob a forma de famílias solidárias característicos dos *centros* expressando as “regras de deslocamento de populações intrínsecas às sociedades camponesas.” (ANDRADE; SANTOS, 2009).

As famílias no Povoado Sambaíba se conhecem e se respeitam. Os mais velhos contam histórias de como tudo começou para os mais jovens; as pessoas se visitam e resolvem os assuntos de interesses de todos como, por exemplo, o que produzir na roça e como partilhar o fruto do trabalho de todos cada um em sua roça.

Se verifica que no Povoado Sambaíba há uma grande influência de relações de parentescos mediadas por e laços sanguíneos, pois, todas as pessoas que residem são, em primeiro ou segundo grau, parentes uma das outras. Ou as pessoas da adolescência acima se casam, normalmente no civil e passam a ser parte de diferentes famílias ao mesmo tempo. Há, hoje, um total de 32 famílias que vivem neste povoado.

Nos dias atuais, a vida econômica do povoado ainda está baseada em atividades agropecuárias; mas, acrescida pelo comércio local do excedente da produção de gado e rapadura comercializados nas cidades vizinhas, embora seja duas ou três famílias que conseguem produzir para comercializar o excedente; com um açougue, um pequeno mercado, pequenas lanchonetes onde são vendidos pães de massa grossa e outras guloseimas, e vendedores ambulantes; uma Escola pública da educação básica que emprega professor, zelador e vigias. A renda de aposentados, do Bolsa Família, e do trabalho assalariado em fazendas de famílias mais ricas do entorno, também animam a vida econômica do povoado assegurando o conforto necessário para a sobrevivências das famílias, pois, como bem sublinha a D. *Honorina de Carvalho de Sousa* “todas as famílias vivem comprando de tudo (...) tem criações, vendem e compram o que precisam”. (

Não é demais salientar que muitos jovens que saem de suas casas para trabalhar na cidade de Grajaú e que, de vez em quando, visitam suas famílias.

A respeito da atual situação econômica do povoado, a dona Terezinha Ribeiro de Sousa argumenta que “todas as famílias se mantêm normalmente. As vezes tem apoio dos políticos em questão de serviços sobre a educação, mas eles se manifestam mais no período de política. Relato que por tantos anos deveríamos ser mais lembrados” (relato colhido em 26 / 10 / 2019).

O senhor Rosemar Alves Costa, também destaca que “Todas as famílias viviam razoavelmente bem. Alguns sambaibenses trabalham na escola, alguns vivem da agricultura, serviços ambulantes entre outros! Todas as famílias se mantêm sem muito sofrimento”. Para ele, a situação socioeconômica do povoado melhorou porque ocorreu “muito desenvolvimento, todas as famílias em suas pequenas propriedades, mas sendo uma coisa certa, sem se preocupar com invasões, ou demarcações, se não houvesse essa demarcação ia haver mais confusão” (...) “agora tudo é mais fácil, tem energia, água encanada, escola que funciona até o ensino médio”. (relato colhido em 05 / 11 / 2019).

No entanto, ele destaca que o mais importante e, que está faltando, é um posto de saúde para que os sambaibenses não sofram tanto na hora de fazer uma consulta na cidade de Grajaú enfrentando filas nos postos de saúde ou hospital. Para reforçar a sua opinião acerca do progresso do povoado ele salienta que “antes tinha mais fartura porque todos tinham a obrigação de fazer suas roças, hoje poucas famílias fazem roça com medo de pegar fogo em tudo, antes o inverno era mais rigoroso, agora os tempos são outros, chove pouco criando

menos fatura, por isso as roças diminuíram”. Mesmo assim, “toda família produz seu sustento, pois, em quase todas as famílias tem um aposentado e a renda do Bolsa Família”, a qual, também contribui para a redução das roças plantadas. (Id. Ibid.)

Segundo D. Maria da Paz, após 1978, “houve mais desenvolvimento em tudo, escola, energia, estrada antes era mais difícil”; afinal, agora, “cada qual em suas terrinhas e tudo tranquilo, dá de viver sem trabalhar muito, embora antes, a terra era mais produtiva, logo chovia mais, agora as chuvas diminuíram muito” (Relato colhido em 05 / 11 / 2019).

A respeito da história do povoado, a D. Odete Pereira da Silva destacou que “antes não tinha professor nem transporte, era um povo sofrido, tinha muitas necessidades de tudo que um ser humano precisa. Hoje, tudo está fácil, tem estrada, escola, transporte (carro de linha) para viajar para qualquer lugar. A economia vem de cada família, todos produzem o sustento, alguns trabalham de roça” (relato colhido em 13 / 11 / 2019).

Ao ser perguntada acerca de suas lembranças de infância acerca das mudanças daquele tempo para os dias atuais, ela respondeu que “as mudanças daquele tempo para os dias atuais é que ainda tenho saudade, os adolescentes daquela época mesmo não sendo um lugar tão desenvolvido davam menos trabalho aos pais”. Está implícito neste argumento D. Odete os efeitos da modernização gerada pela energia elétrica no povoado, pois, com a mesma vieram a televisão e outras variantes culturais promovendo mudanças culturais nas novas gerações, pois, como bem sublinha, “os jovens eram mais disciplinados”. Não é demais salientar que esta depoente era professora.

Em relação ao tempo após 1978, a mesma destaca que “a evolução é maior porque hoje tem um grupo escolar, tem energia, estrada e asfalto”, e que as pessoas vêm “trabalhando muito com esperança de dias melhores”. No que se refere a possibilidade de a história do povoado ser diferente, ela sublinha que acredita sim “com uma educação de qualidade para aos nossos jovens”. Ela também destaca que a Escola, gera a oportunidade de aprendizado e alguns poucos empregos; embora, a principal fonte de renda seja a aposentadoria dos cidadãos mais velhos pois, estes movimentam a economia financiando o estudo de seus filhos e netos nas cidades próximas como Grajaú e Arame.

De sua perspectiva, a educação escolar oferecida no povoado é um motivo de esperança para os jovens que sonham em poder viver nas cidades grandes porque os próprios pais lhes ensinam que somente através da educação é que uma pessoa aprende a ser cidadão e se prepara para o mercado de trabalho. Assim, a educação escolar é, na mente dos alunos, associada a possibilidade de seu possível crescimento econômico. Mas, para a melhoria da qualidade de vida ela espera “que haja apoio da prefeitura de Grajaú”. (Id. Ibid)

No contexto das entrevistas perguntei aos depoentes se a comunidade tem recebido apoio de políticos do município de Grajaú ou de empresários para gerar empregos. A resposta comum é,

Não, os políticos vêm só no período de campanha. Os únicos serviços é contrato na escola. Que seja um povoado mais desenvolvido em questão da escola que preza de uma forma geral e o povoado necessita de posto de saúde (D. Maria da Paz. Relato colhido em 05 / 11 / 2019).

Na prática, não há representação política desde a fundação do povoado quando ainda era chamado de *centro* por ser composto por pessoas retirantes acostumadas com o estilo de vida campestre fugindo da seca. Por isso, conforme Andrade e Santos,

No âmbito dos centros o convívio familiar ganha maior autonomia, baseando-se nos laços entre famílias e em regras de reciprocidade entre elas estabelecidas, enquanto nos povoados, a ligação mais direta com o comércio e com as várias instâncias de poder local, determinaria a quebra dessa autonomia interna. (ANDRADE; SANTOS, 2009, p. 33).

Os sambaibenses aprenderam a ter pouca esperança no poder público em se tratando de crescimento econômico através da geração de empregos. Posto que na própria cidade de Grajaú existe muito desemprego e o problema nunca é resolvido. O que se sabe é que os vilarejos originados de migrações nordestinas são pouco assistidos pelo poder público e, no caso dos povoados recentes, a própria comunidade como sambaibense tem poucas esperanças em vir a ter um sistema produtivos agropecuário com a instalação de empresas para a geração de empregos.

Em vista disso, a senhora Honorina salienta que esta comunidade está precisando de um líder comunitário ou um representante político para defender seus interesses e direitos de cidadãos livres, ao considerar que a perspectiva de crescimento num futuro próximo é algo pequeno, os sambaibenses que insistiram em continuar vivendo neste Povoado Sambaíba se contentam em ter um pequeno pedaço de chão e vida simples.

A vida cultural dos moradores de Sambaíba é dinamizada em torno da Igreja Católica São Pedro; da Escola...e da Televisão.

Conforme a Dona Maria da Paz (Id. Ibid), todas as famílias são católicas e na escola funciona até ensino médio. A D. Odete Pereira da Silva (Id. Ibid) reafirma que todos são católicos e vivem em torno da Igreja São Pedro, cujo nome foi dado em homenagem ao homem que doou o terreno para a construção da igreja.

A presença da Igreja Católica no Povoado Sambaíba se deve às incursões de padres Capuchinos desde o século XIX, por meio de missões, em cidades e povoados da região Centro Sul do Maranhão, assegurada por Lei da Assembleia Legislativa Provincial na Capital São Luís do tempo Imperial. Conforme explica Faria (2012, p. 209-210):

A Lei da Assembleia Legislativa Provincial nº 85, de 02 de julho de 1839, [...] determinam que as missões deveriam ser ‘assentadas em terras próprias para lavrar, ou contíguas a estas, mas nas proximidades de rios e campos de criar’. Somente poderiam lavrar nelas, os índios que estivessem ali instalados. Cada um deveria ter um missionário e um diretor. Aos missionários, além da orientação espiritual, cabia inspirar o ‘amor ao trabalho e à vida social’. O diretor, entre outras funções, deveria ‘promover os meios de subsistência entre os indígenas, ensinando-lhes a lavrar a terra à maneira do país e a criar animais domésticos para o consumo das missões’. Os legisladores, prevendo que os índios não se submeteriam de bom agrado a essa interferência em seu modo de vida, permitiram o uso de meios coercitivos nesta educação para o trabalho e para a vida sedentária. Os diretores deveriam começar a coerção com meios brandos, podendo chegar à prisão ou expulsão dos índios. Se sentissem que corriam risco de vida, poderiam usar a força. E não foram poucas as reclamações de maus tratos feitos contra diretores.

Pelo que é explicado por Farias, mesmo levando-se em conta que a Igreja Católica inicialmente tinha como principal função pacificar colonizadores e indígenas na região Centro Sul do Maranhão, esta instituição religiosa também foi vista por indígenas como uma forma de escravizar e mudar o estilo de vida livre que eles já tinham.

Com efeito, é de se reconhecer que os padres capuchinos, em suas missões, tiveram que se deparar com disputas de terras com os indígenas à medida que tinham o direito legal de se estabelecerem em terras férteis e nas proximidades de rios para poderem cultivar, criar animais domésticos para o próprio sustento e, para abastecer os demais representantes da Igreja em suas missões adentro das áreas sertanejas levando a palavra de Deus por meio de missas, batismos e a educação religiosa como um todo.

A história de missões católica de padres capuchinos no passado da colonização da região Centro Sul do Maranhão, em meados do fim do século XIX para o início do século XX, deixou

raízes religiosas marcantes na forma de criação de igrejas e adesão ao catolicismo de muitos povos sertanejos. E, foi seguindo esta política de catolicismo que se foi criada a Igreja Católica deste povoado que atende as demandas de educação religiosa católica tanto dos moradores sambaibenses como os indígenas Guajajara das aldeias vizinhas.

A *Igreja Católica São Pedro* tem estrutura modesta, mas, desde o início da década de 1960 quando foi construída que atende aos sambaibenses, indígenas e pessoas de outros povoados. Na igreja são realizados batizados, casamentos e festejos e festas. Os sambaibenses trabalham em suas pequenas glebas de terras e costumam organizar e participar de festejos religiosos na igreja católica sede como a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e festejo de São Francisco de Assis e, de Nossa Senhora Aparecida.

As outras festas que acontecem são particulares. Trata-se de festas de batismo, aniversários, casamentos e de pagamento de promessas. A festa de *Nossa Senhora do Perpétuo Socorro* é organizada por D. *Terezinha Ribeiro de Sousa*. Tudo começou em 16 de julho do ano de 1966, em que ela estava com dez meses de gestação tendo febre. Então se apegou com a Santa e disse que se ficasse boa realizaria um terço todos os anos enquanto fosse viva. O milagre aconteceu de imediato. Assim, a cada ano, no referido dia ela serve comida para o pessoal do povoado e de toda redondeza depois do terço completo.

No período do carnaval, de forma tímida, os homens se fantasiam vestindo e pintando o rosto como se fosse mulher. Não existe um bloco carnavalesco organizado com venda de abadás como é comum acontecer na cidade de Grajaú que é a mais próxima. No mês de junho, é organizado a festa de quadrilha para comemorar São João. A cada ano a escola, por meio de seus professores também participa preparando os seus alunos para dançarem quadrilha. Mas, muitos sambaibenses participam do carnaval e de festejos juninos nas cidades próximas por ser mais animado para eles e porque aproveitam para visitar parentes ou amigos, ou mesmo para fazer comprar nos dias de festa.

No que se refere a Escola, nomeada de Princesa Isabel, a comunidade reconhece a sua importância porque promove a escolarização de seus filhos e filhas até o nível médio, nos três turnos. Esta escola tem apenas as instalações básicas: um pátio, salas de aula comportando aproximadamente 335 alunos dos três turnos; 12 professores (sendo que alguns trabalham dois turnos), secretaria, não possui biblioteca ou refeitório e nem quadra esportiva. Dos doze professores apenas seis são concursados e com nível superior.

A sua faixa já fala por si, ou seja, precisa urgente de uma reforma. Em se tratando de sua estrutura física, além do desgaste provocado pelo tempo e pela falta de reforma, esta escola ainda precisa ser ampliada para comportar mais alunos oriundos de outros povoados e aldeias como a Aldeia Cururu; a Boa Esperança; a Andaraí; a Água Preta; a Pequizeiro entre outras.

As condições de trabalho são precárias porque falta o ar refrigerado; espaços novos para as atividades lúdicas, e, mais salas de aulas e mais professores para atender as necessidades do número de alunos que aumenta a cada dia. Os pais dos alunos são lavradores e tem pouco o hábito de leitura, o que dificulta um pouco na hora de poder contar com o entendimento destes sobre a importância da educação para a vida dos alunos.

A articulação destes problemas gera outros como – *a evasão escolar*. Esta acontece porque as crianças e adolescentes mudam muito de um lado para outro durante o ano letivo em decorrência da necessidade de trabalhar na roça para ajudar os pais no sustento da família. O outro motivo de evasão é a falta do sistema bilingue fazendo com que os alunos indígenas abandonem a escola, muito embora, sobretudo, no turno da noite, a diretora e a secretaria sejam Guajajaras.

Considerações Finais

A história do povoado Sambaíba é um fragmento de um processo mais ampliado no que se refere ao acesso e a permanência de trabalhadores rurais na terra, mediado por sua migração decorrente de vários fatores como secas, epidemias ou conflitos agrários gerados pela ocupação espontânea de terras devolutas ou de povos indígenas, e até mesmo movidos

pela expulsão por parte do capital privado.

Para os moradores mais antigos do novo povoado Sambaíba ficou a memória na qual se misturam a tristeza e a alegria. A primeira se deve ao fato de a demarcação da terra indígena Guajajara ter diminuído a área do território e promovido o êxodo forçado de parte de seus moradores; mas, por outro lado, a sensação de bem estar para quem ficou porque o clima de tensão com os indígenas foi resolvido com esse procedimento.

O fato é que, tanto os sertanejos e os indígenas são vítimas de um estado que ainda funciona na base da colonialidade do poder, qual se traduz, na precarização do atendimento aos povos indígenas em suas terras demarcadas, bem como aos trabalhadores rurais deste e outros povoados, uma vez que ainda demandam por políticas públicas que possam melhorar as suas condições materiais de vida no que se refere a renda, ao sistema escolar e a saúde.

Enquanto esperam pelo progresso econômico, os moradores de Sambaíba se valem do messianismo religioso numa profunda demonstração de fé aprendida com a ação missionária da Igreja Católica desde os tempos coloniais.

Referências

AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de M. Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas Editora, 8ª ed., 2006.

ALBURQUERQUE Jr. Durval Muniz. **Nos destinos de Fronteira: História, espaço e identidade regional.** Recife: Bagaço, 2008. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1749.pdf> estudo virtual feito em: 18 / 09 / 2019.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. **A política indigenista no Maranhão provincial.** São Luis: SIOGE, 1990. <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1749.pdf> acessado em: 18 / 09 / 2019.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade.** São Luis: EdUFMA, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1749.pdf> acessado em: 18 / 09 / 2019.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez, Migração de nordestinos para o Médio Mearim - MA (1930-1960): literatura regional e narrativas orais. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, jul. 2011

GONÇALVES, Max Samuel Ramalho. **A grande seca de 1877-1879: uma análise sobre a imigração cearense no Maranhão.** São Luís: UFMA, 2009. (Monografia de Graduação em História Bacharelado).

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão...[et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

OLIVEIRA, Humberto de. Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol.5, no 10, 1992.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. Revista e atualizada. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luis: IMESC, 2008. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1749.pdf> acessado em: 18 / 09 / 2019.